

Comissão questiona MP de concessão de rádio

GERUSA MARQUES

BRASÍLIA – O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, César Bandeira (PFL-MA), poderá entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida provisória que autoriza o governo a conceder licença prévia para o funcionamento de rádios comunitárias, antes da aprovação pelo Congresso. Hoje, 697 licenças para esse tipo

de rádio aguardam apreciação.

A MP assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – no mesmo dia em que ele criticou a farta concessão de rádios e televisões no governo Sarney – foi o pivô de polêmica na reunião de ontem. Bandeira e colegas da comissão procuraram o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, em seu gabinete, para argumentar que a autorização nesses casos só podem ser decididas pelo Congresso. Encerraram a conversa mar-

cando um novo encontro. Segundo Bandeira, a entrada da ação no STF dependerá do resultado da reunião prevista para segunda-feira. A posição de Pimenta, segundo a assessoria de imprensa, é a de que a MP, além de acelerar o processo de implementação das rádios, preserva totalmente a prerrogativa do Congresso de aprovar ou não a autorização, já que prevê a saída da rádio de operação se o Congresso não aprovar a concessão da licença definitiva.